



XVI COLÓQUIO IBÉRICO
GEOGRAFIA

LIVRO DE ATAS

XVI COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA

*Península Ibérica no Mundo:
problemas e desafios para uma intervenção ativa da Geografia*

LIBRO DE ACTAS

XVI COLOQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA

*La Península Ibérica en el Mundo:
problemas y desafíos para una intervención activa de la Geografía*

5 - 7 NOV. 2018 | LISBOA





Coordenadores: José Alberto Rio Fernandes; Jorge Olcina; Maria Lucinda Fonseca; Eduarda Marques da Costa; Ricardo Garcia; Carlos Freitas

Editor: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa

Grafismo: Maria João Raimundo

Editora: Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa

ISBN: 978-972-636-275-3 (E-Book)

DOI: disponível brevemente

Ano de Edição: 2018



XVI COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA

Península Ibérica no Mundo: problemas e desafios para uma intervenção ativa da Geografia

Caro(a) colega geógrafo(a),

Realizou-se em Lisboa, nas instalações do IGOT, entre os dias 5 a 7 de novembro de 2018, o XVI Colóquio Ibérico de Geografia, aberto também a colegas de outros países que falam português ou espanhol,

O tema escolhido para enquadrar todas as apresentações e intervenção dos conferencistas convidados foi "Península Ibérica: problemas e desafios para uma intervenção ativa da Geografia", com 15 temáticas distribuídas pelas sessões paralelas. Existiram também mesas redondas sobre os temas mais atuais e uma saída de campo.

Foi um tempo de aprendizagem e de consolidação ou debate a propósito de investigação em curso, projetos futuros, ou reflexões mais teóricas.

Além disso, para lá da dimensão científica (central, por certo), pretendeu-se que este encontro fosse também um tempo de festa da Geografia, de encontro e de troca de informação e conhecimentos.

Saudações geográficas,

José Alberto Rio Fernandes (APG)
Jorge Olcina (AGE)
Lucinda Fonseca (IGOT/ULisboa)





ORGANIZAÇÃO DO COLÓQUIO

INSTITUIÇÕES

APG

A Associação Portuguesa de Geógrafos (APG) é uma associação profissional sem carácter sindical ou empresarial. Desde a sua fundação em 1987, tem procurado contribuir para a valorização da Geografia e para o reconhecimento da utilidade social dos geógrafos e das suas atividades profissionais, em domínios como o ensino, o planeamento e ordenamento do território, os estudos ambientais e os sistemas de informação geográfica. A APG promove, com periodicidade bianual, com o apoio de entidades científicas de carácter local, o Congresso da Geografia Portuguesa. Em colaboração com a Associação dos Geógrafos Espanhóis, a APG promove, também com periodicidade bianual e alternadamente em Portugal e Espanha, a realização do Colóquio Ibérico de Geografia. A APG é uma associação profissional que tem por fim contribuir para a valorização profissional e a correta atuação deontológica dos geógrafos no sentido de melhor servir a sociedade e o território, fomentando, desenvolvendo e difundindo a ciência geográfica portuguesa e as suas aplicações.

AGE

A Associação de Geógrafos Espanhóis é um grupo de profissionais da geografia cujo objetivo principal é promover e desenvolver a ciência geográfica espanhola e suas aplicações e disseminar e divulgar o conhecimento geográfico na sociedade. A AGE foi constituída em 1975 durante a celebração do IV Congresso Nacional de Geografia. Desde então, seu trabalho se concentrou na promoção de encontros científicos, coordenando a ação da geografia espanhola antes da sociedade e colaborando com outras associações geográficas nacionais e internacionais. Atualmente, a AGE agrupa cerca de 1.000 pessoas ligadas à geografia, principalmente, ensino, pesquisa e livre exercício da profissão geográfica. Entre as atividades da AGE enfatiza a celebração a cada dois anos dos Congressos de Geógrafos Espanhóis, dos quais são sede dos departamentos de geografia das universidades espanholas. Nos anos alternativos, a associação organiza dias de difusão da geografia, com o objetivo de aproximá-la à sociedade e apresentar suas propostas em assuntos atuais. Os membros da AGE recebem informações completas sobre a celebração e o resultado de todas as atividades e obtêm benefícios económicos substanciais na participação.

IGOT

O Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) da Universidade de Lisboa é a maior escola no campo de Geografia e Planeamento em Portugal. Nele se insere o Centro de Estudos Geográficos (CEG), um centro de excelência internacionalmente reconhecido e uma referência na investigação e disseminação do conhecimento geográfico, com principal destaque no: Planeamento Regional e Urbano, Avaliação de Políticas Públicas, Desenvolvimento Regional e Local, Estudos de Migração; GIS e Tecnologias de Informação, Geografia Humana e Regional, Geografia Física, Riscos e Impactos Ambientais e Regional, Turismo e Geografia Histórica. O IGOT tem como missão promover um ensino superior de qualidade, ao nível da formação graduada, pós-graduação e formação ao longo da vida, desenvolver atividades de investigação e desenvolvimento, difundir conhecimentos e prestar consultoria técnica e científica especializada à comunidade, nos domínios da geografia, do ordenamento e gestão do território, das políticas de desenvolvimento e da coesão territorial, do urbanismo, do ambiente, dos recursos e dos riscos, das dinâmicas e da organização sócio-espacial. O IGOT é membro da AESOP – Associação das Escolas Europeias de Planeamento e tem um corpo docente e de investigadores altamente qualificado, com valências científicas muito diversas, elevada internacionalização, forte orientação para a investigação e com competências para ministrar um ensino ao nível dos mais elevados padrões internacionais. Os docentes estão integrados nos grupos de investigação do Centro de Estudos Geográficos, unidade de investigação e desenvolvimento de referência em Portugal, nos diferentes domínios da Geografia e no Ordenamento do Território.



COMISSÃO ORGANIZADORA

José Alberto Rio Fernandes (Pres. APG)
Jorge Olcina (Pres. AGE)
Maria Lucinda Fonseca (Pres. IGOT-ULisboa)
Eduarda Marques da Costa (IGOT-ULisboa)
Jorge Rocha (IGOT-ULisboa)
Nuno Marques da Costa (IGOT-ULisboa)
Ricardo Garcia (IGOT-ULisboa)
Susana Pereira (IGOT-ULisboa)
Rubén C. L. González (AGE)
Maria del Carmen Mínguez García (AGE)
Carlos Freitas (IGOT-ULisboa)
Clara Guedes (APG)

COMISSÃO CIENTÍFICA

Alina Esteves (IGOT-ULisboa)
Ana Monteiro (FLUP)
Ana Ramos Pereira (IGOT-ULisboa)
Anna Ribas Palom (UGirona)
António José Bento Gonçalves (UMinho)
António Lopes (IGOT-ULisboa)
Asunción Blanco Romero (UABarcelona)
Cristiana Martinha (FLUP)
Dolores Sánches Aguilera (UBarcelona)
Eduarda Marques da Costa (IGOT-ULisboa)
Eduardo Brito Henriques (IGOT-ULisboa)
Fátima Loureiro de Matos (FLUP)
Fernanda Cravidão (FLUC)
Flávio Paulo Jorge Nunes (UMinho)
Herculano Cachinho (IGOT-ULisboa)
Jesus M. Gonzalez (UIBaleares)
João Figueira de Sousa (UNL)
Joaquín Farinós Dasí (UValencia)
Jorge Malheiros (IGOT-ULisboa)
Jorge Rocha (IGOT-ULisboa)
José Alberto Rio Fernandes (FLUP)
José António Tenedório (UNL)
José Luís Zêzere (IGOT-ULisboa)
José Manuel Simões (IGOT-ULisboa)

José María Cuadrat Prats (UZaragoza)
Juan Carlos García Palomares (UCMadrid)
Juan Ignacio Plaza Gutiérrez (USalamanca)
Lúcio Cunha (FLUC)
Luís Moreno (IGOT-ULisboa)
Maria José Roxo (UNL)
Maria Lucinda Fonseca (IGOT-ULisboa)
Maria Rocio Silva Perez (Usevilha)
Mário Vale (IGOT-ULisboa)
Miguel Angel Luengo Ugidos (USalamanca)
Miguel Pazos Otón (USCompostela)
Norberto Santos (FLUC)
Nuno Marques da Costa (IGOT-ULisboa)
Oriol Nello Colom (UABarcelona)
Pablo Hernández de Arroyabe (UCantabria)
Patrícia Pedro Rego (UÉvora)
Paula Santana (FLUC)
Paulo Morgado (IGOT-ULisboa)
Pedro Chamusca (UPorto)
Rui Gama Fernandes (FLUC)
Sérgio Claudino (IGOT-ULisboa)
Teresa Pinto Correia (UÉvora)
Victor Fernández Salinas (USevilha)
Xosé Manuel Souto (UValencia)

DESENHO GRÁFICO E FOTOGRAFIA

Maria João Raimundo (IGOT-ULisboa)
Rute Vieira (IGOT-ULisboa)

APOIO TÉCNICO

Paulo Ferreira (IGOT-ULisboa)
José Presas (IGOT-ULisboa)
Luis Carlos Miranda Alves (IGOT-ULisboa)

VOLUNTÁRIOS

Associação de Estudantes do IGOT-ULisboa
Estudantes do IGOT-ULisboa



ÍNDICE:

CONFERENCISTAS CONVIDADOS E CONFERÊNCIAS	45
JORGE GASPAR.....	45
LORENZO LÓPEZ TRIGAL	45
MESAS REDONDAS E ORADORES CONVIDADOS.....	46
MESA REDONDA 1: INCÊNDIOS E FLORESTA	46
MESA REDONDA 2: GEOGRAFIA E AÇÃO POLÍTICA.....	46
MESA REDONDA 3: ORDENAMENTO E PROJETOS TRANSFRONTEIRIÇOS.....	46
PROGRAMA GERAL.....	47
SALAS - PLANTA EDIFÍCIO	48
EIXO TEMÁTICO 01 - REGENERAÇÃO E DINÂMICAS URBANAS.....	49
ID 597: ACUMULACIÓN POR DESPOSESIÓN EN SANTA CRUZ DE TENERIFE (CANARIAS, ESPAÑA): LOS DESAHUCIOS DE INQUILINOS	51
ID 628: DINÁMICAS URBANO-TURÍSTICAS EN EL CENTRO HISTÓRICO DE PALMA (MALLORCA). DE LA VULNERABILIDAD A LA GENTRIFICACIÓN	59
ID 629: CICLO DE URBANIZAÇÃO E POLÍTICAS DE REGENERAÇÃO EM CONTEXTO DE METROPOLIZAÇÃO. O CASO DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA	71
ID 631: O PAPEL DA CIDADE DE CERES-GO NA REDE URBANA GOIANA: DO PLANEJAMENTO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	80
ID 643: A DIMENSÃO ESPACIAL DO CRÉDITO E DA FIDELIZAÇÃO: ANÁLISE DAS PRÁTICAS ESPACIAIS DE CONSUMIDORES EM CIDADES MÉDIAS.....	90
ID 654: A ORGANIZAÇÃO DO SOCORRO NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA: POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES NA ARTICULAÇÃO ENTRE CORPOS DE BOMBEIROS	98
ID 658: DESARROLLO DE LA INDUSTRIA SALMONERA Y CRECIMIENTO URBANO EN PUERTO MONTT (CHILE): EFECTOS ECONÓMICOS, SOCIALES, AMBIENTALES Y ESPACIALES	106
ID 693: DA GENTRIFICAÇÃO TURÍSTICA EM LISBOA.....	116
ID 701: A POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO: DINÂMICA DE SEGREGAÇÃO URBANA – LONDRINA/ PARANÁ/BRASIL	130
ID 715: CULTURA NAS DINÂMICAS DA NOITE EM LISBOA. LISBOA CAPITAL DO NADA, MARVILA 2001	138
ID 717: FLUXOS, SHOPPING CENTERS E PAPEIS URBANOS DE CIDADES MÉDIAS.....	148
ID 721: A GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS HÍDRICOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA E O ABASTECIMENTO DE ÁGUA	157



ID 740: PATRONES ESPACIALES DE LAS MIGRACIONES RESIDENCIALES EN LA CIUDAD DE ZARAGOZA (ESPAÑA) EN EL PERIODO 2003-2017	165
ID 742: ECONOMIA DA NOITE E REGENERAÇÃO URBANA EM LISBOA.....	174
ID 747: LA PRÁCTICA DEL BARBECHO SOCIAL EN LA CONFIGURACIÓN DE LAS PERIFERIAS URBANAS PENINSULARES	182
ID 777: ENTRE AS URGÊNCIAS LOCAIS E AS DEMANDAS GLOBAIS: TRANSFORMAÇÕES URBANAS NAS CIDADES BRASILEIRAS EM FACE DA REALIZAÇÃO DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS: COPA DO MUNDO DE FUTEBOL DE 2014 E OLIMPÍADAS DE 2016.....	190
ID 802: AS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS NA CIDADE DE POÇÕES-BA	199
ID 820: DINÂMICAS DE REABILITAÇÃO EM EDIFÍCIOS DEVOLUTOS PÚBLICOS NA CIDADE DE LISBOA (2009-2018).....	206
ID 822: PLANOS, PROJETOS E MUDANÇAS NO PORTO CENTRAL NO SÉC. XXI.....	215
ID 828: OS ESPAÇOS DE PERMANÊNCIA NUMA SOCIEDADE URBANA EM TRANSFORMAÇÃO: O CASO DOS VAZIOS INDUSTRIAIS (FRICHES INDUSTRIELLES) DA CIDADE DO RIO GRANDE/RS/BRASIL	224
 EIXO TEMÁTICO 02 - MOBILIDADES, TRANSPORTES E INFRAESTRUTURAS	 235
 ID 681: A BICICLETA COMO COMPONENTE DA JUSTIÇA DOS TRANSPORTES.....	 237
ID 763: LA POLÍTICA DE INVERSIÓN EN INFRAESTRUCTURAS DE TRANSPORTE Y LA VERTEBRACIÓN TERRITORIAL DE LAS ÁREAS RURALES: UN EJEMPLO DE CORRELACIÓN NEGATIVA	247
ID 811: LA BONIFICACIÓN DE LAS TARIFAS AÉREAS A LOS RESIDENTES EN LOS ARCHIPIÉLAGOS IBÉRICOS	258
 EIXO TEMÁTICO 03 - ENSINO DA GEOGRAFIA.....	 269
 ID 599: MOBILIDADE, RISCOS NATURAIS E EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA. PROPOSTA DE DESCONSTRUÇÃO DIDÁTICA DAS “IMAGENS” DA ÚLTIMA ERUPÇÃO VULCÂNICA DOS CAPELINHOS (AÇORES, PORTUGAL).....	 271
ID 606: LA GEOGRAFÍA, UNA ASIGNATURA PENDIENTE PARA LOS ALUMNOS DEL GRADO EN PRIMARIA (UR)	281
ID 607: LA UNIVERSIDAD ITINERANTE DE LA MAR (UIM). UNA PLATAFORMA IBÉRICA DE COOPERACIÓN PARA LA FORMACION DE EXPLORADORES DEL MUNDO ACTUAL	291
ID 610: CÓRREGO D’ANTAS: A FORÇA DA UNIAO”: UM FILME PARA FORTALECER A CULTURA DE GESTÃO DE RISCO PARA ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO CÓRREGO D'ANTAS, NOVA FRIBURGO, RJ, BRASIL	300
ID 618: IMÁGENES MENTALES Y ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA.....	308
ID 640: CONTRASTES ENTRE ESTUDIANTES DE LA ESCOLA DE SECUNDÁRIA SERTA (PORTUGAL) Y EL IES JAUME I (ESPAÑA) AL REALIZAR EL PROGRAMA NOS PROPOMOS	316



ID 655: ATLAS AMBIENTAL ESCOLAR DE PRESIDENTE PRUDENTE, SÃO PAULO, BRASIL	333
ID 690: ABP E GEOGRAFIA. UMA LEITURA BERNSTEINIANA.....	340
ID 699: MOBILIDADE, RISCOS NATURAIS E EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA. PROPOSTA DE DESCONSTRUÇÃO DIDÁTICA DAS “IMAGENS” DA ÚLTIMA ERUPÇÃO VULCÂNICA DOS CAPELINHOS (AÇORES, PORTUGAL).....	349
ID 702: POR UMA EDUCAÇÃO EXISTENCIAL NA CIDADE: PERCEBER, PARTICIPAR E INTERVIR.....	359
ID 726: A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO 9.º ANO DE ESCOLARIDADE DOS CONCELHOS DO PORTO E VIZELA SOBRE A DIMENSÃO ESPACIAL DO(S) RISCO(S)	367
ID 770: A VISITA DE ESTUDO: (RE)DESCOBERTA E REFLEXÃO.....	375
ID 773: A APROPRIAÇÃO POLÍTICA DAS PAREDES DOS ESPAÇOS ESCOLARES	384
ID 784: A PRÁXIS DOCENTE NO ENSINO DE GEOGRAFIA PARA SURDOS NO BRASIL	392
ID 788: RISCOS, SOCIEDADE E ENSINO DA GEOGRAFIA. INTERAÇÕES DIDÁTICAS DE DOMÍNIOS CURRICULARES A PARTIR DO ESTUDO DE CASO DA ILHA DO FOGO (CABO VERDE).....	401
ID 794: A FORMAÇÃO DO PROFESSOR, O PROFESSOR DA FORMAÇÃO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DAS VIVÊNCIAS DOS EGRESSOS DAS LICENCIATURAS EM GEOGRAFIA SEDIADAS EM SÃO LUIS-MA	409
ID 821: DEFICIÊNCIA VISUAL E GEOGRAFIA ESCOLAR: DILEMAS E PRÁTICAS DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	419
ID 838: A GEOGRAFIA E O SEU PAPEL NA EDUCAÇÃO	429
ID 846: PROJETO NÓS PROPOMOS!: A AFIRMAÇÃO DE UMA ALTERNATIVA NA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA?	437
 EIXO TEMÁTICO 04 - ALTERAÇÕES DEMOGRÁFICAS E MIGRAÇÕES	 445
 ID 621: INMIGRACIÓN INTERNACIONAL, SEGUNDAS GENERACIONES Y ESCUELA: EL CASO DE LOS ALUMNOS DE ORIGEN MARROQUÍ EN CATALUÑA.....	 447
ID 625: RECONFIGURACIÓN DE LAS RELACIONES MIGRATORIAS HISPANO-LUSAS (1998-2018). ¿UN CAMBIO DE PARADIGMA EN EL SUR DE EUROPA?	456
ID 704: INTEGRAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DE ITÁLIA.....	467
ID 712: O SISTEMA EUROPEU COMUM DE ASILO: IMPLEMENTAÇÃO E RESULTADOS. UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA SITUAÇÃO EM PORTUGAL E ESPANHA	476
ID 819: A PLATAFORMA YOUTUBE NA ESTRUTURAÇÃO DAS PERCEPÇÕES CRIADAS SOBRE PORTUGAL PARA POTENCIAIS IMIGRANTES BRASILEIROS.....	486
ID 845: EXPERIÊNCIAS MIGRATÓRIAS EM PEQUENOS ESPAÇOS INSULARES IBÉRICOS. O CASO DOS IMIGRANTES DAS ILHAS GRACIOSA (AÇORES) E EL HIERRO (CANÁRIAS)	495



EIXO TEMÁTICO 05 - TERRITÓRIOS INTELIGENTES	505
ID 612: TERRITORIOS INNOVADORES: LOS PLANES DE DINAMIZACIÓN Y GOBERNANZA DE DESTINOS TURÍSTICOS DE LA COMUNITAT VALENCIANA (ESPAÑA)	507
ID 785: INOVAÇÃO NOS SIG E SEU CONTRIBUTO PARA MODELAÇÃO EM QUALIDADE DE VIDA URBANA	517
ID 817: A INTEGRAÇÃO DA INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA NOS PROCEDIMENTOS DE INVENTARIAÇÃO E GESTÃO DO PATRIMÓNIO IMÓVEL MUNICIPAL	527
ID 823: CRISE ECONÔMICA E EXPANSÃO DO COMÉRCIO AMBULANTE EM NATAL	536
EIXO TEMÁTICO 06 - SAÚDE, BEM-ESTAR E QUALIDADE DE VIDA	545
ID 235: A PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA NO QUOTIDIANO DAS FAMÍLIAS – UMA LEITURA A PARTIR DE RIO DE MOURO (SINTRA).....	547
ID 593: GOBERNANZA Y PLANIFICACIÓN DE LA INFRAESTRUCTURA VERDE EN ESPAÑA	555
ID 636: OBESIDADE INFANTIL NAS FREGUESIAS URBANAS (CENTRAIS E PERIFÉRICAS) DO MUNICÍPIO DE COIMBRA	564
ID 667: A GEOGRAFIA DA NUTRIÇÃO. HÁBITOS ALIMENTARES, MOBILIDADE E APROVEITAMENTO ESCOLAR, UM ESTUDO NA CIDADE DE LISBOA.....	573
ID 268: GEOGRAFÍA, SALUD Y ESTILOS DE VIDA EN ADOLESCENTES ESCOLARIZADOS DE LAS PALMAS DE GRAN CANARIA	582
ID 781: CONDICIONANTES AMBIENTAIS E SOCIOECONÓMICAS DE QUALIDADE DE VIDA URBANA: PROPOSTA DE MODELO DE AVALIAÇÃO APLICADA AO CONCELHO DE CASCAIS	590
ID 513: LOS TRASTORNO NEURÓTICOS Y SUS DETERMINANTES SOCIO-AMBIENTALES EN LA CIUDAD DE SANTANDER	598
ID 816: ESTUDIOS EPIDEMIOLÓGICOS: POBLACIÓN CENSAL FRENTE A ESTIMACIONES DE OCUPACIÓN BASADAS EN DATOS TWITTER	606
EIXO TEMÁTICO 07 - PATRIMÓNIO, CULTURA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	617
ID 602: VALORACIÓN DE LA INCIDENCIA DE LAS PINTADAS CALLEJERAS EN EL PAISAJE URBANO DE OVIEDO Y PROPUESTAS DE GESTIÓN DEL FENÓMENO	619
ID 622: AS RIBEIRAS E RIOS OCULTOS DA CIDADE DO PORTO. UM PATRIMÓNIO HÍDRICO A REABILITAR	627
ID 677: LOS MUSEOS PRIVADOS Y EL DESARROLLO LOCAL. ELEMENTOS DE ANÁLISIS Y VALORACIÓN.....	636
ID 774: TURISMO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: A EXPERIENCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO ROTEIROS GEO-TURISTICOS NO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM DO PARÁ	646
ID 837: GEOGRAFIA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E SUAS TERRITORIALIDADES	653



EIXO TEMÁTICO 08 - TURISMO E LAZER	661
ID 46: O TURISMO LITERÁRIO DE PAREDES DE COURA COMO APOSTA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL. PROJEÇÕES E LUGARES DE TURISMO CULTURAL.....	663
ID 507: REFLEXÕES SOBRE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA: O CASO DE ANÃ NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PARÁ	671
ID 626: REFLEXÕES SOBRE O TURISMO DE SEGUNDA RESIDÊNCIA E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO EM PORTUGAL	680
ID 671: ANÁLISIS DE LOS VIAJES POR OCIO Y TURISMO DE LOS ESPAÑOLES HACIA EL EXTERIOR	689
ID 672: ANÁLISIS DE LA PROCEDENCIA DE LOS TURISTAS EN EL LITORAL DE LA REGIÓN DE MURCIA (ESPAÑA).....	698
ID 673: EL PAPEL DE LAS CARRETERAS EN LA CONFIGURACIÓN DE LOS ESPACIOS TURÍSTICOS ESPAÑOLES DE MEDIADOS DEL SIGLO XX, DESDE EL CNFE DE 1926 AL PLAN DE MODERNIZACIÓN DE 1950	706
ID 674: LAS ÁREAS MONTAÑA EN LAS LEYES SOBRE TURISMO A ESCALA REGIONAL EN ESPAÑA: ANÁLISIS, BALANCE Y NUEVOS PLANTEAMIENTOS.....	716
ID 692: EL TURISMO RESIDENCIAL EN LAS ALPUJARRAS: CONSECUENCIAS DEMOGRÁFICAS Y TERRITORIALES	725
ID 706: EL PERFIL DE LA DEMANDA TURÍSTICA Y EL TURISMO CINEMATOGRAFICO EN LA CIUDAD DE MADRID	735
ID 707: PREFERÊNCIAS DE TURISTAS POR RECREIO E LAZER NA REGIÃO DO ALGARVE NUM CONTEXTO CLIMÁTICO EM MUDANÇA	744
ID 710: TURISMO EM SINTRA: DO CRESCIMENTO À GESTÃO SUSTENTADA	753
ID 723: A AMBIVALÊNCIA DO ARTESANATO COMO RECURSO TURÍSTICO - ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL	761
ID 743: O ‘BARÓMETRO’ DE VISITAÇÃO, UMA FERRAMENTA PARA MONITORIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO EM ÁREAS PROTEGIDAS: O CASO DA RESERVA NATURAL DAS BERLENGAS	769
ID 746: ANÁLISE COMPARADA DOS PRATICANTES DE TRAIL RUNNING EM CONTEXTO IBÉRICO	776
ID 761: ANÁLISIS DE LA PRESENCIA DE LOS BALNEARIOS ANDALUCES EN REDES VIRTUALES COMO HERRAMIENTA DE CONEXIÓN TERRITORIAL	784
ID 764: CARACTERÍSTICAS DE LA OFERTA TURÍSTICA DE LOS MUNICIPIOS ADHERIDOS A LA RED CITTASLOW EN ESPAÑA. LA CANDIDATURA DE BUBIÓN (GRANADA, ESPAÑA)	793
ID 790: EL OBSERVATORIO DE TURISMO EMISOR DE ESPAÑA (OBSERVATUR). UNA INICIATIVA DE COLABORACIÓN UNIVERSIDAD-EMPRESA EN EL ÁMBITO DEL CONOCIMIENTO TURÍSTICO	804
ID 815: EXPLORAÇÃO DE DADOS GEOGRÁFICOS VOLUNTÁRIOS NA AVALIAÇÃO DA ATRACTIVIDADE TURÍSTICA E RECREATIVA DO TERRITÓRIO: ESTUDO COMPARADO ENTRE A REGIÃO DE LISBOA E DO SUDOESTE ALENTEJANO	813
ID 824: O TERRITÓRIO TURÍSTICO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA COSTA DOS CORAIS (ALAGOAS – PERNAMBUCO) - BRASIL: A COMPLEXA RELAÇÃO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO, TURISMO E CONFLITOS NO TERRITÓRIO	822



ID 825: ESPAÇOS NATURAIS E TRAIL RUNNING EM PORTUGAL.....	832
ID 839: BUCELAS – UMA FESTA EM HONRA DO ARINTO	841
ID 840: AS ESTRATÉGIAS E O FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO DE PROJETOS NO ÂMBITO DO SETOR TURÍSTICO NA REGIÃO CENTRO DE PORTUGAL	849
 EIXO TEMÁTICO 09 - ANÁLISE ESPACIAL E GESTÃO DO TERRITÓRIO	 859
 ID 599: QUALIDADE POSICIONAL DAS ORTOFOTOS E MODELOS DIGITAIS DO TERRENO DO LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/BRASIL. ESTUDO DE CASO: MICRO BACIA RIO DOZE PASSOS.....	 861
ID 615: ACESSO À ÁGUA EM ASSENTAMENTOS RURAIS DE REGIÕES PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL.....	869
ID 616: DINÂMICA DO USO E COBERTURA DA TERRA NAS MICRORREGIÕES DO ESTADO DE SANTA CATARINA, BRASIL. UMA ANÁLISE ENTRE 2000 E 2010.....	877
ID 627: MÉTRICAS ESPACIAIS E SIG COMO INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DAS MUDANÇAS NA PAISAGEM. ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DA LOUSÃ	885
ID 630: DESENVOLVIMENTO DE UM PLUGIN DO QGIS PARA OBTENÇÃO DE SUPERFÍCIES DE POPULAÇÃO COM RECURSO A DADOS ABERTOS DE MORADAS	894
ID 642: NOVAS ABORDAGENS NA DISPONIBILIZAÇÃO E PARTILHA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA SOBRE NATUREZA E BIODIVERSIDADE: RESULTADOS DO PROJETO IBÉRICO CROSS-NATURE.....	903
ID 644: EXPANSÃO URBANA: PROCESSOS DE MODIFICAÇÃO NO USO DO SOLO E FORMAÇÃO DO PERIURBANO	910
ID 678: LOS JUEGOS OLÍMPICOS DE RIO 2016: UN ANÁLISIS DE LAS DINÁMICAS URBANAS A TRAVÉS DE TWITTER.....	919
ID 735: MODELAÇÃO ESPACIAL DA TRANSMISSÃO DE DOENÇAS PARASITÁRIAS ASSOCIADAS A BIÓTOPOS DULÇAQUÍCULAS NA BACIA DO RIO GEBÁ, GUINÉ-BISSAU	928
ID 736: INTEGRAÇÃO DA DETEÇÃO REMOTA E SIG NA ANÁLISE DO CRESCIMENTO URBANO. O CASO DE BRAGA E GUIMARÃES (1984-2016).....	936
ID 739: ¿HACIA UN NUEVO INFORME DE DESARROLLO TERRITORIAL EN ANDALUCÍA? RESPUESTAS DE LAS COMARCAS ANDALUZAS ANTE LA CRISIS.	944
ID 765: FRAGILIDADE POTENCIAL NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA RODOVIA BR-101 NO ESTADO DE ALAGOAS (BRASIL) AOS ACIDENTES COM TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS	952
ID 767: DETERMINACIÓN CON TECNOLOGÍAS S.I.G. DE ZONAS APTAS GANADERAS EN LA COMUNIDAD VALENCIANA (ESPAÑA).....	960
ID 768: DATOS GEORREFERENCIADOS INTEGRADOS Y MODELOS DE DISPERSIÓN GAUSSIANA PARA DETERMINAR LAS MOLESTIAS POR OLOR DE LAS EXPLOTACIONES GANADERAS EN COMUNIDAD VALENCIANA (ESPAÑA)	972



ID 795: POLITICA NACIONAL DE AREAS PROTEGIDAS DO BRASIL:UMA ANALISE DA CONSTRUÇÃO E DA SITUAÇÃO ATUAL DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO -SNUC.....	981
ID 807: MODELAGEM DE DADOS DE BIODIVERSIDADE E MEIO FÍSICO PARA O ORDENAMENTO TERRITORIAL.....	992
ID 829: MODELO ESPACIAL INTEGRADO DAS PERCEÇÕES DOS TURISTAS NO LITORAL ALENTEJANO	998
ID 830: ANÁLISE ESPÁCIO-TEMPORAL E SIMULAÇÃO DA PROBABILIDADE DE TRANSIÇÃO DE SOLOS AGRÍCOLAS	1009
ID 831: CLASSIFICAÇÃO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO COM RECURSO AO MÉTODO TIME-WARPED DYNAMIC TIME WARPING.....	1018
ID 832: MODELO GEOGRÁFICO DE SUPORTE À LOCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DE PROXIMIDADE	1027
ID 841: O CADASTRO PREDIAL MULTIFUNCIONAL EM PORTUGAL: PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO DO SEU ATUAL MODELO DE EXECUÇÃO	1035
 EIXO TEMÁTICO 10 - RECURSOS, SUSTENTABILIDADE E CLIMA	1045
 ID 635: FRACKING Y DEBATE ENERGÉTICO EN ESPAÑA. LOS RETOS Y LAS CLAVES DEL FUTURO EN EL CONTEXTO DEL CAPITALISMO FINANCIARIZADO Y EL PEAK OIL	1047
ID 705: INTENSIDADE DAS ILHAS DE CALOR EM PARANAVÁI/PR/BRASIL	1058
ID 716: PROTOCOLO DE SIMULAÇÃO COMPUTACIONAL DO MICROCLIMA URBANO PARA A CIDADE DE LISBOA, PORTUGAL	1066
ID 725: FRAGMENTAÇÃO E DIMINUIÇÃO DOS ESPAÇOS NATURAIS NAS CIDADES: TENDÊNCIAS GERAIS E ESPECIFICIDADES LOCAIS.....	1074
ID 744: INFLUÊNCIA DA VEGETAÇÃO NAS VARIAÇÕES INTRAURBANAS DE TEMPERATURA	1083
ID 750: NOVOS USOS SUSTENTÁVEIS DOS LOGRADOUROS.....	1092
ID 760: AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E A AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM PORTUGAL: TRINTA ANOS NA UNIÃO EUROPEIA	1101
ID 842: A IMPORTÂNCIA DO SETOR DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS NA ECONOMIA CIRCULAR: UMA REVISÃO CRÍTICA APLICADA AO CONTEXTO PORTUGUÊS.....	1108
 EIXO TEMÁTICO 11 - PROCESSOS, VULNERABILIDADES E GESTÃO DE CRISES	1117
 ID 604: RAVINAS DE SEIRÓS (NORTE DE PORTUGAL). SIMULAÇÃO COM VISTA A PREVENIR O SEU REAPARECIMENTO	1119
ID 605: LA PERCEPCIÓN DEL CAMBIO CLIMÁTICO EN EL SECTOR TURÍSTICO. UNA REVISIÓN CRÍTICA DE LAS PRINCIPALES APORTACIONES.....	1128
ID 713: CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENVOLVIMENTO DE STAKEHOLDERS EM PROCESSOS PARTICIPATIVOS DE PLANEAMENTO EM ZONAS COSTEIRAS.....	1137



ID 720: MAPEAMENTO DA VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL AS CHUVAS INTENSAS NA CIDADE DE MACEIÓ – ALAGOAS, BRASIL	1146
ID 786: A DINÂMICA POPULACIONAL DE ANGRA DOS REIS E SEUS IMPACTOS NAS OCUPAÇÕES IRREGULARES E EM ÁREAS DE RISCO	1154
ID 787: CHEIAS/INUNDAÇÕES NO CENTRO URBANO DE AMARANTE: DEFINIÇÃO DE ÁREAS CRÍTICAS E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS	1162
ID 808: CHEIAS E INUNDAÇÕES NO VALE DA VILARIÇA (TORRE DE MONCORVO): ÁREAS INUNDÁVEIS, DANOS CAUSADOS EM ÁREAS AGRÍCOLAS E GESTÃO DO RISCO	1170
 EIXO TEMÁTICO 12 - DINÂMICAS GEOMORFOLÓGICAS	 1179
ID 638: RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA POR PROCESSO EROSIVO LINEAR.....	1190
ID 664: IDENTIFICAÇÃO DE FORMAS E FEIÇÕES TECNOGÊNICAS EM GRANDE ESCALA EM LOTEAMENTOS POPULARES NA CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE, SÃO PAULO, BRASIL	1200
ID 741: EVALUACIÓN DE LOS PROCESOS DE CONECTIVIDAD HIDROLÓGICA Y DE SEDIMENTOS MEDIANTE LA EVALUACIÓN MULTICRITERIO DE UNIDADES GEOMORFOLÓGICAS DE LA CUENCA ALTA DE RÍO GRANDE (PROVINCIA DE MÁLAGA, ESPAÑA).....	1207
ID 762: NÚCLEOS E REDES DE PESQUISA GEOSISTÊMICA NO BRASIL: APONTAMENTOS A PARTIR DA GEOMORFOLOGIA	1215
ID 782: EVOLUÇÃO DA PAISAGEM DUNAR NO MUNICÍPIO DE AREIA BRANCA. GEODIVERSIDADE EM EXTINÇÃO?	1225
ID 800: O USO DE UNIDADES FITOGEOGRÁFICAS EM ANÁLISES MORFODINÂMICAS NA PLANÍCIE COSTEIRA DE UBATUBA, LITORAL NORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO, BRASIL	1240
 EIXO TEMÁTICO 13 - INOVAÇÃO TERRITORIAL, GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO.....	 1249
ID 598: LA GOBERNANZA LOCAL FRENTE AL CAMBIO CLIMÁTICO: RETOS, OPORTUNIDADES Y CAPACIDAD DE RESPUESTA EN EL DELTA DEL LLOBREGAT.....	1251
ID 611: O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB UMA PERSPECTIVA EQUILIBRADA: AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO UMA SENDA ENTRE EXTREMOS	1261
ID 637: ACTIVIDADES SOCIOECONÓMICAS E DESENVOLVIMENTO EM REGIÕES DE FRONTEIRA DA GUINÉ-BISSAU	1269
ID 645: MODERNIZAÇÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO NA CANAVICULTURA NO LESTE DE ALAGOAS-BRASIL	1277
ID 653: A GEOGRAFIA DA INOVAÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE AMBIENTES DE INOVAÇÃO NA REGIÃO OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL	1285
ID 714: ORDENAMENTO TERRITORIAL EM ÁREAS PROTEGIDAS: A INTEGRAÇÃO DOS PLANOS DE DIFERENTES ESCALAS	1294
ID 727: TERRITÓRIOS DO VINHO: DOURO/DUERO E SÃO FRANCISCO.....	1303
ID 728: LA “NUEVA POLÍTICA” LOCAL EN GALICIA. PRINCIPALES CAMBIOS EN LA GOBERNANZA	1312



ID 729: CITIZEN SENSING: PODE UM SISTEMA PARTICIPATIVO DE GESTÃO DE RISCO CONTRIBUIR PARA A RESILIÊNCIA URBANA?	1320
ID 745: CAPITAIS DE PORTUGAL CONTINENTAL	1328
ID 748: ESCENARIOS POSIBLES PARA LA UNIÓN EUROPEA: DE UNA VISIÓN ACADÉMICA A UNA CONSTRUCCIÓN PRAGMÁTICA.....	1335
ID 757: POTENCIAL INTERMUNICIPAL DE UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS	1344
ID 772: DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS NO BRASIL E A REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO RIO CUIABÁ.....	1353
ID 778: UNIVERSIDADE E ANCORAGEM DO CONHECIMENTO. UM ESTUDO DE CASO.....	1362
ID 783: SETORES DE ALTA TECNOLOGIA E CONHECIMENTO: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E SEU PAPEL NA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DAS MICRORREGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ, BRASIL, ENTRE 2000 E 2015.....	1370
ID 791: A ESFERA PÚBLICA E AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS COMO FORMA DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DEMOCRÁTICA.....	1379
ID 812: POLÍTICAS PÚBLICAS INTERVENIENTES: AÇÕES GOVERNAMENTAIS NO PROGRAMA TERRITÓRIO DA CIDADANIA NO BRASIL	1387
 EIXO TEMÁTICO 14 - ESPAÇOS RURAIS E DE BAIXA DENSIDADE	 1395
 ID 600: APROPRIAÇÃO VERDE: QUESTÃO AMBIENTAL, PROBLEMÁTICA FUNDIÁRIA.....	 1397
ID 619: A EVOLUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA MÚLTIPLA: O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA	1405
ID 620: O PAPEL DO PODER LOCAL NO COMBATE AO DESPOVOAMENTO EM PORTUGAL	1413
ID 634: BAJA DENSIDAD EN ESPACIOS TRANSFRONTERIZOS. EL CASO DE LA FRONTERA HISPANO-PORTUGUESA	1422
ID 651: PAISAJE Y PATRIMONIO VITIVINÍCOLA EN LA RAYA DEL DUERO: NUEVOS ACTORES Y NUEVAS ESTRATEGIAS PRODUCTIVAS EN LA D.O. ARRIBES	1431
ID 656: PROYECTOS DE COOPERACIÓN TRANSNACIONAL EN ESPACIOS RURALES DE BAJA DENSIDAD. LOS CASOS DE ESPAÑA Y FINLANDIA (2007-2013).....	1440
ID 657: LA INCIDENCIA DE LA INICIATIVA LEADER EN EL RURAL PROFUNDO DE ANDALUCÍA (2000-2013).....	1449
ID 675: O CONTROLE DO TERRITÓRIO E IMPACTOS NA QUESTÃO AGRÁRIA NO PARAGUAI	1457
ID 679: AVANCES Y PERSPECTIVAS DEL OLIVAR EN EL ÁREA REGADA DEL EMBALSE DE ALQUEVA.....	1466
ID 683: COLECTIVOS DESFAVORECIDOS EN TERRITORIOS ESCASAMENTE POBLADOS DE ANDALUCÍA. PARTICIPACIÓN DE MUJERES Y JÓVENES EN LEADER (2000-2013)	1475
ID 686: EMPARCELAMENTO COMO INSTRUMENTO DE SUSTENTABILIDADE DOS ESPAÇOS RURAIS DE BAIXA DENSIDADE. CASO DE ESTUDO: CONCELHO DE ALCOUTIM	1484
ID 737: ESPERANÇA DE VIDA DOS LUGARES NO PINHAL INTERIOR SUL.....	1493
ID 844: REGULACIÓN DEL RECURSO MICOLÓGICO EN CASTILLA Y LEÓN: EL PROCESO DE CONSOLIDACIÓN DE UN MODELO REGIONAL INNOVADOR 1999-2017.....	1501



EIXO TEMÁTICO 15 - EXCLUSÃO, DESIGUALDADES E (IN)JUSTIÇA ESPACIAL	1511
ID 694: PROBLEMAS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A HABITAÇÃO SOCIAL EM PORTUGAL ...	1513
ID 718: CRISE ECONÔMICA E EXPANSÃO DO COMÉRCIO AMBULANTE EM NATAL	1531
ID 724: ESTRANHAMENTOS COTIDIANOS: A LÓGICA FRAGMENTÁRIA DO LAZER EM UMA CIDADE MÉDIA BRASILEIRA	1546
ID 753: O TRABALHO SOB CONDIÇÕES ADVERSAS DO CLIMA: NOTAS SOBRE O COTIDIANO LABORAL DE VARREDORAS(ES) DE RUAS DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP/BRASIL	1555
ID 796: POLÍTICA HABITACIONAL E DESIGUALDADE URBANA - ASSENTAMENTOS PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA	1563
ID 798: TERRITÓRIO, VIOLÊNCIA E MEDO NO MUNICÍPIO DE MURICI/AL – BRASIL.....	1571

ID 677: LOS MUSEOS PRIVADOS Y EL DESARROLLO LOCAL. ELEMENTOS DE ANÁLISIS Y VALORACIÓN⁵⁰

Ana Isabel Escalona-ORCAO¹; Severino ESCOLANO-UTRILLA²; M^a Cruz NAVARRO-PÉREZ³; M^a de la O Pinillos GARCÍA⁴; Belén SÁNCHEZ-VALVERDE⁵

¹Departamento de Geografía y Ordenación del Territorio, Universidad de Zaragoza; aescalon@unizar.es

²Departamento de Geografía y Ordenación del Territorio, Universidad de Zaragoza; severino@unizar.es

³Departamento de Economía y Empresa, Universidad de La Rioja; maricruz.navarro@unirioja.es

⁴Departamento de Economía y Empresa, Universidad de La Rioja; maria.pinillos@unirioja.es

⁵Departamento de Métodos Estadísticos, Universidad de Zaragoza; belensv@unizar.es

RESUMO: Desde hace tiempo se destaca el papel relevante de los museos en el desarrollo local (Rausell-Köster *et al.*, 2011). Son reconocidos sus valores intrínsecos –los asociados al conocimiento y aprecio de los bienes culturales que atesoran - y extrínsecos –empleo generado, reputación del lugar en que se emplazan, mejoras en el capital humano y social de la localidad (OCDE, 2017). Además, los museos están experimentando importantes cambios en su gestión por la evolución de los modelos de negocio asociados, el impacto de las nuevas tecnologías y la heterogeneidad de perfiles de quienes los visitan (NESTA, 2018). En este contexto, ¿pueden los pequeños museos locales ser una herramienta efectiva en el desarrollo del territorio? Para responder a la pregunta nos centramos en los museos de la Comunidad Autónoma de Aragón, que hemos cartografiado en un atlas interactivo que muestra su densidad y accesibilidad. Seleccionando seguidamente los 12 museos que son de titularidad privada, subconjunto peculiar por su diferente función de producción y por haber sido menos estudiados que los de titularidad pública, los hemos caracterizado y hemos evaluado su potencial para favorecer el desarrollo local mediante un análisis de la información cuantitativa disponible complementado con la realización de consultas a sus promotores. Aunque el análisis tiene carácter exploratorio los resultados cuestionarían el potencial de la mayoría de estos establecimientos museísticos para funcionar como actividades *exportadoras* y desencadenar efectos multiplicadores en su entorno. Aparecen, no obstante, excepciones que justifican las expectativas de que los museos puedan movilizar a una comunidad en sus dimensiones económica y social, reforzando ambas, y desempeñar en el desarrollo local el papel clave que se les presupone.

⁵⁰ La investigación de base ha sido financiada con recursos aportados por las siguientes instituciones: Universidad de Zaragoza (Vicerrectorado de Política Científica, convocatoria 2017, código de proyecto: UZ2017-HUM-01) y Ministerio de Economía, Industria y Competitividad del Gobierno de España (Programa Estatal de I+D+i Orientada a los Retos de la Sociedad, convocatoria de 2018, proyecto CSO2017-83603-C2-1-R)

PALAVRAS-CHAVE: Actividades culturales; desarrollo territorial; desarrollo local; museos; geografía de los museos.

1. INTRODUCCIÓN

Esta comunicación explora el potencial de los museos como herramientas de desarrollo local, centrándose en aquellos de titularidad privada ubicados en pequeñas ciudades y núcleos rurales de Aragón, Comunidad Autónoma del NE de España. Ya hace tiempo que desde el ámbito académico se reconoce el papel relevante de los museos en el desarrollo de un territorio (Rausell-Köster *et al.*, 2011). No sólo son señalados sus valores intrínsecos –los asociados al conocimiento y aprecio de los bienes culturales que conservan y muestran- sino también los extrínsecos –efectos residenciales, mejoras en el capital humano, impulso a la creatividad, refuerzo del capital social, empleo generado en la propia actividad y en aquellas vinculadas así como la mejor reputación del lugar en que se emplazan, entre otros (McCarthy *et al.*, 2004; OCDE, 2017). Por otro lado, las instituciones museísticas están experimentando importantes cambios en su gestión y modelo de negocio propio, afectadas por el impacto de las nuevas tecnologías, una redefinición de su papel en la sociedad que trascienda su tradicional tarea y los cambios en las características de quienes visitan los museos (NESTA, 2018).

En este contexto la pregunta que nos planteamos es si los pequeños museos locales de Aragón están en condiciones de ser una herramienta efectiva en el desarrollo del territorio. Para darle respuesta hemos escogido los incluidos en el Directorio de Museos y Colecciones Museográficas del Ministerio de Cultura de España y los hemos cartografiado en un mapa interactivo que muestra, entre otros aspectos, su inserción territorial en términos de densidad por habitante y accesibilidad. Seguidamente hemos evaluado el potencial específico de los 12 museos de titularidad privada -cuya forma de generar servicios y el uso de los factores que intervienen como financiación, trabajo o infraestructuras, es diferente a las iniciativas públicas- mediante un análisis multicriterio de la información cuantitativa proporcionada en el citado Directorio de Museos completada mediante consultas específicas a los promotores. Cabe señalar que en los datos incluidos en el Directorio de Museos han sido aportados por los gestores de los museos y que, dado el carácter exploratorio del trabajo, no han sido objeto de verificaciones específicas.

Por tanto, los resultados, que han de considerarse con cautela, muestran, en primer lugar, que la red de museos de Aragón proporciona una cobertura aceptable al territorio, con un reparto semejante *grosso modo* al de la población, destacando, sin embargo, por su densidad museística algunas comarcas muy poco pobladas.

En cuanto al potencial de los museos para influir en el desarrollo local, el análisis llevado a cabo reflejaría que es limitado. Como mucho el museo complementa a otras actividades pero no lidera procesos de desarrollo. Existen, no obstante, excepciones por lo que en la conclusión destacamos que, pese a sus debilidades, no cabe negar a estas instituciones una importante función en el fortalecimiento de los elementos intangibles del desarrollo local como talento, compromiso, autoestima y participación (Sibertin, 2008), aspectos siempre decisivos pero más aún en áreas rurales de baja densidad como Aragón.

2. LOS MUSEOS DE ARAGÓN EN EL TERRITORIO. DENSIDAD Y ACCESIBILIDAD

Los museos estudiados están incluidos en el *Directorio de Museos de España* (<http://directoriomuseos.mcu.es/dirmuseos/eldirectorio.jsp>). No se trata de una recopilación exhaustiva de todos los museos y colecciones existentes en España sino de los que han solicitado y obtenido su inclusión en dicha base de datos nacional con el reconocimiento oficial que ello implica. En el momento de hacer nuestra investigación los museos aragoneses incluidos en el Directorio son 82, de casi todos los contenidos y orientaciones contemplados en el mismo, a saber: Bellas artes, artes decorativas, arte contemporáneo, casa-museo, arqueológico, de sitio, histórico, ciencias naturales e historia natural. Su distribución espacial y otros aspectos de interés territorial los presentamos mediante un mapa interactivo (<http://www.arcgis.com/apps/MapTools/index.html?appid=d8a8f1a1dad2498a867b61d71c4111dc>) que hemos elaborado emulando iniciativas semejantes (<https://www.nesta.org.uk/blog/the-museums-map-mapping-access-to-englands-museums/>). El mapa permite a los usuarios consultar ventanas con información específica para cada museo. Además incorpora dos capas adicionales con la siguiente información: límites de las comarcas de Aragón y superficie situada a 10, 20 y 30 minutos por carretera de cada museo, lo que permite obtener información muy interesante sobre el reparto comarcal, la densidad y la accesibilidad de estos establecimientos.

Para interpretar la distribución espacial de los museos estudiados debe tenerse en consideración la acusada despoblación de la mayor parte de Aragón (muy por debajo de la densidad media que es 28,4 habitantes por km²) y su marcada macrocefalia (la capital, Zaragoza, de cerca de 700.000 habitantes, multiplica por más de 13 la población de Huesca, la segunda ciudad). El mapa interactivo elaborado deja patente una distribución cercana a la de la población, con sus mismos desequilibrios, de modo que la comarca de Zaragoza, con 19 museos, encabeza la clasificación comarcal, seguida de la comarca de Teruel con 7 museos habiendo siete comarcas que no tienen

ninguno. Sin embargo en términos de densidad por habitante, destacan algunas comarcas muy poco pobladas como las turolenses del Maestrazgo (93,49 museos por cada 100.000 habitantes; Sierra de Albarracín (89,23), la zaragozana de Campo de Belchite (42,9) o la oscense de Sobrarbe (41,00). Aunque baja población facilita estas altas densidades, no es menos cierto que encontramos en las comarcas citadas un rico patrimonio que puede contribuir a una mejor apreciación de las mismas. A ello se suma en muchos casos la buena accesibilidad de los museos ya que, como se ve en las isocronas del mapa, tienen a treinta minutos de distancia o menos al 43,6 % del territorio y al 93% de la población. Este es un aspecto relevante de cara a que los museos puedan desempeñar las funciones extrínsecas a las que antes hemos hecho referencia y sobre cuya evaluación trata el apartado siguiente.

3. EVALUACIÓN DEL POTENCIAL DE LOS MUSEOS PARA FAVORECER SU IMPACTO EN EL DESARROLLO LOCAL

Una reciente publicación de la OCDE (2017) propone centrar en el concepto de “museum capability” la evaluación de la relación entre los museos, la economía local y el tejido social de su entorno. Este concepto supone un interesante cambio en el centro de gravedad de los estudios de evaluación clásicos, enfocados a establecer – aunque no siempre es fácil- el efecto multiplicador, en términos monetarios, de las inversiones realizadas en los museos. En cambio el concepto de *capability* –cuya traducción incorpora matices de términos españoles como capacidad, aptitud, función, potencial– pone el foco en las estrategias que están al alcance de los museos y que pueden maximizar o, al menos, favorecer su impacto en el desarrollo local. Tales estrategias pueden ser más o menos amplias según las limitaciones espaciales, financieras, de personal u otras que afectan a los museos y del contexto en que acontecen (OCDE, 2017). En este sentido, deseamos profundizar sobre qué factores pueden favorecer el potencial (o *capability*) para que los museos puedan contribuir de forma positiva al desarrollo local. No hay una respuesta única ya que los posibles factores, además de ser numerosos y complejos, dependen de las características de los museos y de su entorno. Los factores que hemos seleccionado en este trabajo son aquellos que, además de ser expresivos del citado potencial o *capability*, están incluidos en el Directorio de Museos. Como hemos explicado, se trata de datos pendientes de verificación por lo que deben tomarse con cautela. Cinco de los factores evalúan la capacidad para generar impactos monetarios, mercantilizables, con efecto multiplicador sobre otras actividades de la economía local. Son la dimensión del museo, las horas de apertura, la disponibilidad de personal, el atractivo y recursos, expresado por los tipos de servicios ofertados. Estos servicios proporcionados (alquiler de espacios, zona wifi, sala de exposiciones temporales,

tienda/librería, restaurante, auditorio) pueden allegar ingresos pero también favorecen la percepción del museo como un espacio susceptible de suscitar un uso más sofisticado por parte de ciudadanos, asociaciones culturales, instituciones públicas y empresas que buscan beneficiarse de la imagen que el museo proporciona. En cambio el factor creatividad –expresado la realización de actividades como talleres, exposiciones, jornadas de puertas abiertas, concursos, presentaciones de libros, conferencias, actividades dirigidas a las familias u otras–, evalúa la capacidad del museo para generar impactos intangibles pero de gran importancia para dinamizar una comunidad, como son la autoestima de la población, el bienestar y la cohesión de la misma (OCDE, 2017).

En el cuadro I se recogen todos los factores seleccionados así como las disposiciones metodológicas adoptadas para realizar con ellos un análisis multicriterio sencillo. Véase, en primer lugar, que tales factores están ponderados en función de en qué aspecto del desarrollo local tienen más incidencia. En esta línea hemos dado menos peso a los factores susceptibles de generar impactos monetarios y más peso a factores susceptibles de generar impactos intangibles. A su vez para valorar los resultados obtenidos por el museo en cada indicador hemos establecido tres categorías –A, B y C– a las que asignamos 1, 2 ó 3 puntos.

Tabela 48 Factores del potencial de los museos para favorecer su impacto en el desarrollo local - Fuente: MCU, Directorio de Museos y Colecciones de España; *consultas ad hoc a los promotores | INE, 2017

Factor (Peso sobre 15 puntos)	Indicador	Categorías (umbrales)	Factor (Peso)	Indicador	Categorías (umbrales)
Dimensión (1,5)	Superficie (m ²)	A (< 500)	Creatividad (7,5)	Actividades realizadas (nº de tipos)	A (Sin actividad.)
		B (501 – 1.500)			B (1 – 5)
		C (>1.500)			C (> 5)
Disponibilidad (0,75)	Horas de apertura/año	A (< 1.000)	Recursos (1,5)	Servicios proporcionados (nº de tipos)	A (Sin servicios)
		B (1.000 - 2.000)			B (1 – 5)
		C (>2.000)			C (> 5)
Atractivo (3,5)	Número de visitantes/año*	A (<1.000)	Personal (1,25)	Empleados (nº)	A (1)
		B (1.000-5.000)			B (2 - 4)
		C (>5.000)			C (>4)

Además de los factores reseñados en el cuadro I hemos incluido en el análisis la población municipal ya que aunque no conciona la *capability* del museo sí que nos parece un condicionante (peso 1,5) de los efectos dinamizadores del mismo. Sus categorías son: A: hasta 2.000 habitantes; B: de 2.000 a 10.000; C: más de 10.000. En este caso las categorías están puntuadas en sentido inverso (A, 3; B, 2 y C, 3), por entender que el potencial de generar efectos por parte

del museo es mayor si el municipio es pequeño. Aplicamos todas estas determinaciones en el capítulo siguiente.

4. LOS MUSEOS PRIVADOS DE ARAGÓN Y SU POTENCIAL PARA FAVORECER EL DESARROLLO LOCAL

Poner en marcha una institución museística es siempre un reto complejo y más en espacios rurales de baja densidad. Por ello tiene mucho interés que estas iniciativas surjan del sector privado ya que suponen una apuesta clara aunque arriesgada por el territorio. Cinco de los doce museos objeto de estudio (cuadro II) tienen en común su vinculación con una personalidad local que ha alcanzado notoriedad en su campo y que da nombre al museo. De los demás, cuatro se refieren al patrimonio popular o cultural y uno saca partido a acontecimientos históricos relevantes sucedidos en su entorno. Son perfiles habituales de los museos en pequeñas ciudades y áreas rurales, puestos en marcha por asociaciones culturales locales o, en otros casos, por Fundaciones. Pero no faltan tampoco iniciativas surgidas de aficiones o colecciones personales de algún residente o empresario local (como es el caso del Museo de Juguetes o del de la Pastelería). El tiempo transcurrido entre las primeras y las últimas iniciativas es expresivo de la evolución del concepto museístico y del contexto social, lo que se evidencia en los dos museos más recientes. *Aquagraria* se ofrece en su web como un “espacio para la emoción y la experiencia” en torno a su colección de maquinaria agrícola antigua y da un destacado peso a las herramientas tecnológicas. Por su parte el museo de la Batalla del Ebro aprovecha el interés social creciente por los escenarios en los que se desarrolló la Guerra civil española.

Tabela 49 Museos aragoneses de titularidad privada | Fuente: MCU, Directorio de Museos y Colecciones de España; páginas web de los museos.

Museo	Municipio (provincia)	Año de inicio	Temática	Titularidad/iniciativa
<i>Casa Museo Salvador Sabaté</i>	Fraga (Huesca)	2000	Arte contemporáneo	Familia Sabaté
<i>CDAN. Centro de Arte y Naturaleza. Fundación Beulas</i>	Huesca (Huesca)	2006	Arte contemporáneo	Fundación Beulas
<i>Museo de Dibujo Julio Gavín Castillo de Larrés</i>	Sabiñánigo (Huesca)	1986	Arte contemporáneo	Asociación Amigos del Serrablo
<i>Museo-Exposición Permanente de Artes y Oficios Tradicionales de Aínsa</i>	Aínsa (Huesca)	1999	Etnografía y Antropología	Hermanos Angulo Pesquer S.C.
<i>Museo de Juguetes</i>	Albarracín (Teruel)	1997	Juguetes	Fundación
<i>Centro Buñuel Calanda</i>	Calanda (Teruel)	2000	Arte contemporáneo	Fundación
<i>Museo de Mas de las Matas</i>	Mas de las Matas (Teruel)	1986	Etnografía y Antropología	Grupo de Estudios Masinos
<i>Museo Lo Masmut</i>	Peñarroya de Tastavins (Teruel)	1998	Etnografía y Antropología	Asociación cultural Tastavins

<i>Fundación Museo Salvador Victoria</i>	Rubielos de Mora (Teruel)	2003	Arte contemporáneo	Fundación
<i>Museo de la Pastelería</i>	Daroca (Zaragoza)	2002	Pastelería	Persona física
<i>Aquagraria</i>	Ejea de los Caballeros (Zaragoza)	2010	Etnografía y Antropología	Fundación Aquagraria
<i>Museo de la Batalla del Ebro</i>	Fayón (Zaragoza)	2012	Historia	Asociación Memoria Histórico Militar 1938

Pese a sus diferencias jurídicas o de concepto los museos seleccionados, comparten su pequeño tamaño y apertura reducida, si bien en esto último el Museo del Dibujo y el Centro Buñuel Calanda, que abren durante todo el año. Debe hacerse constar que las horas consignadas en el Cuadro III se han estimado en función de las indicaciones sobre el calendario aportadas en las webs de los museos y detrayendo las festividades locales. Los datos sobre visitantes que carecían de ellos en el Directorio, han sido completados tras laboriosas gestiones para contactar con los responsables, hecho ilustrativo de las condiciones precarias en las que desenvuelven su actividad, lo que también se refleja en que sólo cinco de los doce museos tengan personal propio. Por todo ello los museos estudiados encajarían mayoritariamente en la categoría de “empowering local community museum” (Grefe, 2017), término empleado cuando las colecciones son de origen local, tienen escaso o ningún personal contratado, abren al público de forma temporal y sufren problemas financieros. En el caso del Museo de Artes y Oficios Tradicionales de Aínsa la visita está integrada en el servicio de visitas guiadas a la Villa que organiza el Ayuntamiento. También al Museo de la Pastelería de Daroca se realizan visitas guiadas organizadas por las entidades locales.

Tabela 50 Comportamiento y clasificación de los museos según su potencial para favorecer el desarrollo local | Fuente: MCU, Directorio de Museos de España; *Museo; ** INE, Padrón municipal de la población, 2018.

Museo	Superficie (m ²)	Horas/año (aprox.)	Visitantes/año*	Personal	Activid. (tipos)	Servicios (tipos)	Población**	Potencial (ranking)
<i>Museo de Dibujo... Castillo de Larrés</i>	550	2.153	5.989	2	13	17	9.349	41,25
<i>Aquagraria</i>	750	1.704	1.214	3	12	11	16.541	33
<i>Museo de la Batalla del Ebro</i>	1.200	1.040	1.000	No	15	3	354	32
<i>Casa Museo Salvador Sabaté</i>	150	150	200	No	15	1	14.925	27,25
<i>Centro Buñuel Calanda</i>	500	2.163	8.420	4			3.846	18,75
<i>Museo de Juguetes</i>	280	1.152	7.000	1			1.054	18,5
<i>Museo....Tradicionales de Aínsa</i>	500	56	1.057	No		1	2.173	14,75
<i>Fundación Museo Salvador Victoria</i>	400	468	624	2			658	11,75
<i>CDAN. ... Fundación Beulas</i>	1.400	768	1.739	No			52.282	10,25
<i>Museo de Mas de las Matas</i>	220	400	330	No			1.302	9,25
<i>Museo Lo Masmut</i>	170	150	298	No			465	9,25
<i>Museo de la Pastelería</i>	200	2.850		No			2.087	6,25

El análisis multicriterio aplicado deja patente que el mayor potencial para favorecer el desarrollo local corresponde al *Museo de Dibujo Julio Gavín Castillo de Larrés*, iniciativa de la Asociación de Amigos del Serrablo, plenamente consolidada y que desarrolla una actividad intensa como se deduce de los indicadores relativos a actividades y servicios. Los amplios horarios de apertura y el elevado número de visitantes confirman la solidez de la propuesta. Ha quedado también reconocido el potencial del *Museo de la Batalla del Ebro*, situado en una pequeña localidad y deudor de la intensa actividad de la asociación promotora. El caso de *Aquagraria* revela la existencia de amplios recursos de apoyo a la iniciativa, los cuales sirven para generar actividades de índole cultural, empresarial e institucional, inusuales en este contexto y que, de momento, están teniendo efectos. Y merece la pena destacar también la iniciativa que queda en cuarto lugar, promovida por una familia que sigue liderando el proyecto a pesar de haberse visto privada de los apoyos institucionales con los que en su día contó, teniendo que renunciar a las contrataciones temporales y a la externalización de la atención y la gestión según se reveló en la consulta realizada a sus responsables.

Los demás museos acusan la debilidad de su pequeña dimensión y, seguramente, problemas de gestión ya que entre ellos se encuentran iniciativas promovidas por Fundaciones para honrar la memoria de artistas ilustres, perfil del que se esperaría un resultado mejor.

5. CONCLUSIONES Y DISCUSIÓN.

La comunicación presentada pretendía llevar a cabo una evaluación del potencial de los museos privados aragoneses para favorecer el desarrollo local. En el mapa interactivo elaborado destacan algunas comarcas rurales con una elevada densidad de museos por habitante. Además la buena accesibilidad de la mayoría de los museos favorece el cumplimiento de las funciones intrínsecas de los mismos, relacionadas con la difusión y apreciación de sus colecciones. También hemos realizado un primer acercamiento a las funciones museísticas extrínsecas (generación de rentas, estímulo de la creatividad en el resto de actividades y agentes locales, refuerzo del capital social y mejora de la imagen territorial y la autoestima de sus habitantes) explorando el potencial de los museos privados para generarlas, propósito derivado del concepto de *capability* (McCarthy *et al*, 2004; OECD, 2017). La sencillez del método y los sesgos de algunos de los datos obligan a ser cautos con los resultados. Sin embargo ha quedado patente que el potencial se asocia a la solidez de las iniciativas, como ocurre en el *Museo de Dibujo Julio Gavín Castillo de Larrés*, y a la implicación de las asociaciones promotoras, como los amigos del Serrablo en el caso anterior o la Asociación Memoria Histórico Militar Ebro 1938 en el caso del *Museo de la Batalla del Ebro*. Las actividades desplegadas, más que ningún otro factor, resultan claves para que un museo pueda catalizar el desarrollo local. También lo es el emplazamiento, pues los museos que encabezan el ranking se encuentran o en territorios con importante afluencia turística, o en una cabecera de comarca dinámica, o en ambas situaciones a la vez. Convendría, pues, hacer un planteamiento integral de las políticas culturales y las de desarrollo local, que saque partido de las potencialidades coincidentes de ambas facetas. Superada la concepción tradicional de “museo/contenedor de colecciones”, los museos han de asumir su potencial dinamizador de la sociedad mediante fórmulas de aprendizaje innovadoras y atractivas; generando espacios de convivencia entre agentes sociales y económicos que no suelen coincidir o difundiendo la imagen del territorio a través de eventos culturales que atraigan a visitantes de otros lugares. Es el enfoque de *capability* sugerido por la OCDE, el cual incide en los argumentos del desarrollo inteligente, sostenible y cohesionador que desde hace años promueve la Unión Europea

6. BIBLIOGRAFIA

Grefe, X., Krebs, A., Pflieger S. (2017). The future of the museum in the twenty-first century: recent clues from France. *Museum Management and Curatorship*, 32 (4): 319-334.

McCarthy, K.F., Ondaatje, E.H., Zakaras, L., Brooks, A. (2004). Gifts of the muse: reframing the debate about the benefits of the arts. *RAND Research in the Arts*, <http://www.rand.org/pubs/monographs/MG218.html> (acceso el 15 de julio de 2018).

NESTA – National Endowment for Science, Technology and the Arts: The museums map: Mapping access to England's museums, <https://www.nesta.org.uk/blog/the-museums-map-mapping-access-to-englands-museums/> (acceso el 15 de julio de 2018).

OECD (2017). Culture and local development: Maximising the impact. Towards a OECD guide for Local Governments, Communities and Museums. Paris, Francia.

Rausell-Köster, P., Marco Serrano, F., Abeledo Sanchís, R. (2011). Sector cultural y creativo y riqueza de las regiones. En busca de causalidades. *Ekonomiaz. Revista vasca de Economía*, 78:66-89.

Sibertin-Blanc, M. (2008). La culture dans l'action publique des petites villes. Un révélateur des politiques urbaines et recompositions territoriales. *Géocarrefour*, 83 (1): 5-1

